



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

EDITAL

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - Nº 01/2021

A Justiça Federal de Minas Gerais e o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais – CIEE/MG, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Resolução nº 208, de 04 de outubro de 2012, do Conselho da Justiça Federal e alterações, bem como da Portaria SJMG-DIREF n.1303/2021, tornam pública a realização do Processo Seletivo para preenchimento imediato de vagas de estágio remunerado (não obrigatório) e formação de cadastro de reserva.

1 - DISPOSIÇÕES GERAIS**1.1. Poderão participar do processo seletivo:**

1. Estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas, com frequência efetiva nos cursos de ensino superior e pós-graduação (Especialização e Mestrado em Tecnologia da Informação) definidos no Anexo I deste edital, presenciais ou à distância (EaD) e reconhecidos pelo Ministério da Educação;
2. Brasileiro(a) ou estrangeiro(a) com visto de permanência no país;
3. O(A) interessado(a) que não tenha sido exonerado(a) a bem do serviço público;
4. O(A) interessado(a) em dia com as obrigações eleitorais, quando maior de 18 anos e das obrigações militares, quando do sexo masculino maior de 18 anos;
5. O(A) interessado(a) que não tenha feito estágio por período igual ou superior a dois anos no Justiça Federal de Minas Gerais, exceto pessoas com deficiência, conforme art. 11 da Lei nº 11.788, de 2008;

1.2. O valor da Bolsa Auxílio corresponderá:

1. R\$ 860,00 mensais para a graduação superior e superior em tecnologia;
2. R\$ 1.700,00 mensais para pós-graduação (Especialização);
3. R\$ 2.500,00 mensais para pós-graduação (Mestrado);

1.3. O valor do auxílio transporte será de R\$9,00 (nove reais) por dia estagiado no formato presencial, podendo sofrer reajuste de acordo com a política interna do órgão.

1.4. O auxílio transporte será devido somente nos dias úteis estagiados presencialmente.

1.5. O CIEE contratará seguro coletivo contra acidentes pessoais;

1.6. O estágio não contempla outros benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e similares.

1.7. O regime do estágio será de 20 (vinte) horas semanais a serem cumpridas na forma presencial, em horários e turnos definidos pela supervisão do estágio, sendo preferencialmente no turno vespertino;

1.8. Excepcionalmente, a critério da autoridade competente, poderá ser adotado o formato híbrido - atividades presenciais e remotas.

1.9. Impedimentos

1. É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com escritório de advocacia;
2. O candidato convocado, no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de que não possui o vínculo mencionado no subitem anterior.

1.10. Não poderá participar do processo seletivo para estágio na Justiça Federal de Minas Gerais:

1. O ocupante de cargo, emprego ou função vinculados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
2. O militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal;
3. O titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
4. O servidor do Ministério Público.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1. Antes de efetuar a inscrição, o(a) estudante deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.2. As inscrições serão recebidas somente via internet, pelo site: www.cieemg.org.br, no período de 23/11/2021 até às 12:00 (horário de Brasília) do dia 06/12/2021, incluindo sábados, domingos e feriados. Não serão aceitas outras formas de inscrições.

1. Antes de efetuar a inscrição, o(a) candidato(a) deverá se certificar de que possui cadastro ativo e atualizado junto ao CIEE;
2. Para realizar sua inscrição no processo seletivo, o(a) candidato(a) deverá acessar o site do CIEE/MG www.cieemg.org.br clicar no acesso para “ESTUDANTES”, clicar em “CONCURSOS”, localizar na lista de “PROCESSOS SELETIVOS” a logotipo da Justiça Federal de Minas Gerais e clicar neste link.
3. A carga horária diária do curso deverá ser compatível com o horário do estágio, sob pena de desclassificação no processo seletivo;
4. Os candidatos que prestaram serviço voluntário no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região deverão fazer upload da declaração emitida pelo órgão, no ato da inscrição, para participarem do critério de desempate previsto no item 4.21.

2.3. O(A) candidato(a) deverá informar dados pessoais e escolares válidos, caso declare algum dado errado poderá corrigir, desde que exclua a inscrição e refaça dentro do período de inscrição determinado neste edital;

1. Caso o(a) candidato(a) tenha iniciado a prova online, não será permitida, em hipótese alguma, a correção dos dados declarados na ficha de inscrição. Contudo, tais correções poderão ser realizadas após a publicação da lista de classificados.
2. Será aceita somente uma única inscrição por candidato(a);
3. Não será possível alterar o e-mail e CPF indicados no ato da inscrição;
4. O e-mail declarado deve ser válido, para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada através dele;

2.4 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o CIEE o direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher os dados de forma

completa e correta.

2.5. O(A) candidato(a) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL, conforme Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, deverá indicá-lo no ato da inscrição.

1. Na inscrição, no campo “nome completo”, deverá ser informado o nome civil, conforme documento de identificação oficial.
2. O nome social será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas (formalização do Termo de Compromisso de Estágio), para a devida identificação do(a) candidato(a), nos termos legais.

2.6. A Justiça Federal de Minas Gerais e o CIEE/MG - Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais poderão, a qualquer tempo, verificar as informações fornecidas no ato da Inscrição, podendo o(a) candidato(a) em caso de informações falsas ou inverídicas ser desclassificado(a) do presente processo, ser acionado(a) judicialmente e, ainda, desligado(a), caso eventualmente tenha sido aprovado(a) e contratado(a).

2.7. O Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais – CIEE/MG não se responsabilizará por solicitação de inscrição e prova online via internet não recebida por motivos de ordem técnica, tais como: falha dos computadores, do sistema de comunicação de dados, congestionamento das linhas de comunicação e falta de energia.

2.8 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3 – DO PROGRAMA DE COTAS

3.1. Nos termos do Art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008, fica assegurado reserva de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada curso às pessoas com deficiência.

1. O(A) candidato(a) pessoa com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos(as).

3.2. Terão a inscrição válida os(as) candidatos(as) pessoa(s) com deficiência que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “o(a) candidato(a) com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência”.

3.3. O(A) candidato(a) pessoa com deficiência que no ato da inscrição optar por concorrer às vagas reservadas deverá fazer upload do laudo médico (documento original ou cópia legível) com emissão no prazo máximo de 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do(a) candidato(a).

1. Deficiência auditiva, além do laudo médico deverá fazer upload exame de audiometria tonal recente (no máximo de 12 meses) nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

3.4. Não sendo comprovada a situação descrita no item 3.2, o(a) candidato(a) perderá o direito a ser admitido(a) para as vagas reservadas à pessoa com deficiência.

3.5. O(A) candidato(a) pessoa com deficiência que solicitar um recurso de acessibilidade deverá fazer o upload do laudo médico, comprovando a condição para atendimento.

1. Desde que requerido justificadamente e descrito em laudo médico oficial, o tempo para a realização das provas poderá ser diferente daquele definido para os(as) demais candidatos(as),

2. Em caso de aprovação, o(a) candidato(a) deverá apresentar o laudo médico original ou cópia autenticada, se solicitado pela Justiça Federal de Minas Gerais ou pelo Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais- CIEE/MG.

3.6. Ficam reservadas aos candidatos negros ou pardos a reserva de 30% das vagas oferecidas nesta seleção e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme disposições do Decreto nº 9.427, de 28/06/2018 e da Resolução nº 336, de 29 de setembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

1. Poderão concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros (as) somente aqueles(as) que se autodeclararem negros(as) ou pardos(as) no ato da inscrição e realizar o upload da autodeclaração, conforme o quesito cor ou raça no padrão utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
2. Após o ato de inscrição o(a) candidato(a) não poderá solicitar enquadramento como negro(a), preto(a) ou pardo(a);
3. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido contratado, será imediatamente desligado do programa de estágio.

3.7. Os nomes dos(as) candidatos(as) que se declararem pessoa com deficiência e dos(as) candidatos(as) que se autodeclararem negros(as) ou pardos(as) serão divulgados em listas específicas e em lista de ampla concorrência.

4 - DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O processo seletivo destina-se à contratação para vagas de estágio existentes e para formação de cadastro de reserva, para estudantes regularmente matriculados(as) nos cursos e semestres ou etapas equivalentes, conforme Anexo I.

4.2. Este processo seletivo é composto de:

1. Prova objetiva online de caráter eliminatório e classificatório, para os cursos de graduação e de pós-graduação (Especialização e Mestrado em Tecnologia da Informação);
2. Prova subjetiva de caráter classificatório, exclusivamente para os programas de pós-graduação lato sensu (Especialização) e stricto sensu (Mestrado) da área da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, conforme definida no Anexo III deste edital.

4.3. DA PROVA OBJETIVA ONLINE - Para os cursos de graduação e de pós graduação (Especialização e Mestrado em Tecnologia da Informação).

4.4. A prova online será realizada gratuitamente no período de 23/11/2021 até às 12:00 (horário de Brasília) do dia 06/12/2021.

4.5. Para realizar a prova o(a) candidato(a) deverá acessar, no site do CIEE (www.cieemg.org.br), no mesmo ambiente de processos públicos no qual fez a inscrição, localizar o link “MEUS PROCESSOS” e em seguida, no menu “Opções”, clicar em “FAZER A PROVA”.

4.6. O(a) candidato(a) só poderá acessar a prova com o login e senha cadastrados durante a inscrição.

4.7. Ao logar no sistema de acesso a prova, o(a) candidato(a) receberá via SMS ou e-mail o código de confirmação para liberação do acesso à prova online.

4.8. O(A) candidato(a) terá 02min30seg, (150 segundos), para responder cada questão, caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para próxima questão.

1. Após a conclusão da questão ou término do tempo previsto no item 4.8, esta não poderá mais ser acessada.
2. As questões e alternativas serão selecionadas no banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.

4.9. A desconexão por qualquer outro motivo acarretará perda de 1 (uma) questão. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito de substituição da questão.

1. a exceção da perda da questão se dará ao clicar no botão “Responder e sair da prova”.

4.10. O(A) candidato(a) é responsável por realizar a prova em conexão estável e segura.

4.11. O(A) candidato(a) que não realizar a prova online será automaticamente eliminado do processo seletivo.

4.12. A prova objetiva online de ensino GRADUAÇÃO SUPERIOR, exclusivamente para o curso de DIREITO, será composta de 30 questões, sendo 10 de Língua portuguesa e 20 de Conhecimentos específicos, baseadas nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital;

4.13. A prova objetiva online para os DEMAIS CURSOS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR E SUPERIOR DE TECNOLOGIA, será composta de 30 questões, sendo 10 de Língua portuguesa, 10 de informática básica e 10 de conhecimentos gerais, baseadas nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital;

4.14. A prova objetiva online de PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (Especialização), exclusivamente para a área de conhecimento da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, será composta de 30 questões, sendo 10 de Língua portuguesa e 20 de Conhecimentos específicos, baseadas nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital;

4.15. A prova objetiva online de PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU do programa de Mestrado, exclusivamente para a área de conhecimento da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, será composta de 30 questões, sendo 10 de Língua portuguesa e 20 de Conhecimentos específicos, baseadas nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital;

4.16. Recomendações antes do início da prova objetiva online:

1. Certifique sua disponibilidade de tempo para realizar a prova;
2. Procure um local tranquilo e silencioso;
3. Realize a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas;
4. Procure acessar a prova em um local que ofereça internet banda larga;
5. Não abra mais de uma janela/aba do navegador ou print de tela;
6. Certifique que o navegador está com o JavaScript ativado.

4.17. Durante a prova será solicitada a confirmação de identidade, onde o(a) candidato(a) deverá responder às perguntas conforme dados declarados no ato da inscrição. Caso não seja respondido no tempo indicado ou for dada resposta incorreta a prova será interrompida e a questão apresentada será anulada.

4.18. Durante a realização da prova online o(a) candidato(a) não poderá abrir mais de uma janela/aba do navegador de internet, tirar o cursor do mouse da tela ou utilizar print de tela sob pena de ter a questão anulada.

4.19. Acarretará a eliminação do(a) candidato(a) ou anulação da questão, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas nos itens 4.16, 4.17 e 4.18, para a realização da prova, definidas neste edital ou em outros relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao(a) candidato(a) ou naquelas constantes em cada prova.

4.20. Será classificado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota igual ou superior a 60% do total da prova.

4.21. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito pelos seguintes critérios:

1. comprovação, no ato da inscrição, da prestação de serviço voluntário na sede da Justiça Federal de Minas Gerais localizada em Belo Horizonte

2. obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
2. Maior idade;

5 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E RECURSOS

5.1. O gabarito provisório e o caderno de questões serão divulgados no dia 07/12/2021, no site do CIEE (www.cieemg.org.br).

5.2. Serão admitidos recursos quanto ao gabarito da prova objetiva, o qual deverá ser encaminhado eletronicamente até as 23:59 (horário de Brasília) do dia 08/12/2021 para o endereço recursos@ciee.org.br, em formulário específico, disponível para download no site do CIEE www.cieemg.org.br.

5.3. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, fac-símile ou outro meio não previsto neste edital.

5.4. Serão rejeitados, também, liminarmente, os recursos enviados fora do prazo indicado no item 5.2, bem assim aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do(a) candidato(a) ou forem redigidos de forma ofensiva.

5.5. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

5.6. A decisão da banca examinadora do CIEE será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita, ainda, revisão de recursos.

5.7. Se do exame de recurso resultar na anulação de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos(as) os(as) candidatos(as), independentemente de terem recorrido.

5.8. A publicação da lista de classificação provisória, gabarito oficial e respostas aos recursos serão feitas em 03/01/2022.

5.9. O recurso contra a lista de classificação provisória deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico recursos@ciee.org.br, até as 23:59 (horário de Brasília) do dia 04/01/2022 em formulário específico disponível para download no site do CIEE (www.cieemg.org.br).

5.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito oficial e da classificação final.

5.11. Serão elaboradas 3 (três) listas de classificação de aprovados:

1. Lista geral de ampla concorrência;
2. Lista das pessoas com deficiências;
3. Lista de autodeclarados(as) negros(as) ou pardos(as);

5.12. As listas referidas no item 5.11 serão elaboradas em ordem decrescente de classificação das notas obtidas, nos termos deste edital.

5.13. A publicação da lista de classificação final será feita em 10/01/2022 no site www.cieemg.org.br

5.14. Do cronograma das etapas:

Etapa	Data
Publicação do caderno de questões e do gabarito provisório;	07/12/2021
Interposição de recurso contra o gabarito provisório;	08/12/2021

Resposta aos recursos e publicação do gabarito oficial e das listas de classificação provisória;	03/01/2022
Interposição de recursos contra classificação provisória;	04/01/2022
Publicação das listas de classificação final definitiva.	10/01/2022

6 - DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA

6.1. O Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais –CIEE/MG verificará as oportunidades de estágio encaminhadas pela Justiça Federal de Minas Gerais e convocará os candidatos por ordem de classificação, observando a localidade, o curso e o semestre da vaga solicitada.

6.2. Serão considerados para convocação, o e-mail e os telefones registrados no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato, manter atualizado os dados cadastrais no CIEE.

6.3. Para preenchimento de cada vaga de estágio o candidato deverá se manifestar em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do e-mail de convocação. Se necessário, o CIEE/MG realizará, no máximo, 2 (duas) tentativas de contato por telefone em horários distintos.

6.4. No caso de o candidato não ser localizado nas tentativas de contato, e-mail e telefone, realizadas pelo CIEE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado.

6.5. Caso não retorne nenhum dos contatos realizados, o candidato irá para o final da lista de classificados, aguardando o surgimento de nova vaga.

6.6. O candidato que está no final da lista só poderá ser convocado para no máximo mais 1(uma) vaga.

6.7. O candidato remanejado para o final da lista, convocado para nova vaga, deverá se manifestar em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do e-mail de convocação. Se necessário, o CIEE realizará, no máximo, 2 (duas) tentativas de contato por telefone em horários distintos.

1. Caso não seja localizado ou retorne os contatos (e-mail e telefone) no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas o candidato será desclassificado.

6.8. Para preenchimento das vagas de estágio de pós graduação lato sensu (especialização) e pós-graduação stricto sensu (mestrado), na área de conhecimento da Tecnologia da Informação, o candidato deverá apresentar o projeto conforme descrito no Anexo III deste edital.

1. Após a convocação, o candidato terá o prazo de até 48h para enviar o projeto por e-mail;
2. O candidato que não encaminhar o projeto no prazo estabelecido será remanejado para final da lista de aprovados e na reincidência será desclassificado do processo seletivo.

6.9. Os aprovados da lista dos candidatos aprovados serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:

1. 1ª vaga aberta (ampla concorrência);
2. 2ª vaga aberta (ampla concorrência);
3. 3ª vaga aberta (negros e pardos);
4. 4ª vaga aberta (ampla concorrência);
5. 5ª vaga aberta (ampla concorrência);
6. 6ª vaga aberta (negros e pardos);
7. 7ª vaga aberta (ampla concorrência);

8. 8º vaga aberta (ampla concorrência);
 9. 9ª vaga aberta (negros e pardos);
 10. 10º vaga aberta (pessoa com deficiência);
 11. e assim, sucessivamente, para cada curso, considerando o surgimento de novas vagas na sede da Justiça Federal de Minas Gerais, durante o prazo de validade do processo seletivo.
- 6.10. Caso não existam estudantes selecionados com direito à reserva de vagas e em número suficiente para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, serão convocados estudantes da lista geral de ampla concorrência.
- 6.11. Caso o candidato não tenha interesse no processo seletivo, poderá solicitar a sua desclassificação, mediante formalização para o e-mail eucandidato@ciee.org.br

7 – DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

7.1. A celebração do Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de Est às disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Resolução nº 208, de 04 de outubro de 2012, do Conselho da Justiça Federal, e alterações.

7.2. Para a admissão o(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro como Pessoa Física (CPF);
3. Comprovante de matrícula do curso de graduação ou de pós-graduação ao qual se candidatou, emitido por instituição de ensino oficial reconhecida, observando-se o período ou semestre previsto no Anexo I.

7.3. O CIEE/MG orientará, no ato da convocação, o prazo e os documentos necessários para a assinatura do TCE - Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. A contratação está sujeita às normas da Justiça Federal de Minas Gerais, bem como às diretrizes da instituição de ensino.

7.5. A vigência do TCE será de acordo com os parâmetros determinados pela Justiça Federal de Minas Gerais, respeitando o disposto na lei 11.788/2008, na Resolução nº 208, de 04 de outubro de 2012, do Conselho da Justiça Federal, e alterações bem como as diretrizes da instituição de ensino.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A aprovação no processo seletivo gera para o(a) candidato(a) apenas expectativa de ser convocado(a) para preencher vaga de estágio, ficando a concretização desse ato condicionada ao interesse da Justiça Federal de Minas Gerais.

8.2. O processo seletivo terá validade de 12 meses a partir de sua publicação, podendo a critério da Justiça Federal de Minas Gerais ser renovado por igual período.

8.3. O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e na aceitação tácita das condições estabelecidas neste edital.

8.4. O Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao(a) candidato(a) decorrentes de e-mail e/ou telefone não atualizados.

8.5. Em observância da Lei nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - de 14 de agosto de 2018, e do Art. 1º, X da Resolução CNJ 363, de 12 de janeiro de 2021, a inscrição no presente Processo Seletivo autoriza o CIEE/MG e a Justiça Federal de Minas Gerais a utilizar-se dos dados inseridos ou transferi-los, mantida a finalidade para a qual foram fornecidos.

8.6. Uma vez convocado(a), o(a) candidato(a) aprovado(a) que não formalizar a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio será considerado(a) desistente e eliminado(a), seguindo-se à nomeação do(a) próximo(a) classificado(a).

8.7. Não será fornecido ao candidato comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no site do CIEE/MG

8.8. Eventuais dúvidas ou omissões decorrentes da aplicação deste edital serão sanadas pelo CIEE/MG em parceria com a Justiça Federal de Minas Gerais.

8.9. Para efeito do item 8.8 o(a) candidato(a) deverá contatar a Central de atendimento do CIEE através do número 3003-2433 ou do e-mail eucandidato@ciee.org.br

8.10. No caso de abertura de novo edital dentro da vigência deste, as convocações só ocorrerão após o esgotamento dos(as) candidatos(as) aprovados(as) no presente processo seletivo.

8.11. Havendo candidatos(as) aprovados(as) no certame anterior, fica garantida a prioridade na convocação perante aqueles que vierem a ser aprovados na presente seleção.

8.12. Fica estabelecido o foro da sede da Justiça Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para dirimir quaisquer questões provenientes deste edital, eventualmente não dirimidas no âmbito administrativo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2021

Vânila Cardoso André de Moraes
Juíza Federal Diretora do Foro
Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Vânila Cardoso André de Moraes, Diretor do Foro**, em 19/11/2021, às 17:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14492445** e o código CRC **513EC731**.

ANEXO I - DOS CURSOS

NÍVEL	CURSO	REGULARMENTE MATRICULADO NO ATO DA CONTRATAÇÃO
GRADUAÇÃO:	Direito	4º ao 8º semestre
GRADUAÇÃO:	Administração	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Gestão Pública	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Ciências Contábeis	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Jornalismo	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO	Publicidade e Propaganda	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO E SUPERIOR EM TECNOLOGIA:	Design Gráfico	3º ao 6º semestre para graduação e 2º ao 3º para superior em tecnologia
GRADUAÇÃO E SUPERIOR EM TECNOLOGIA:	Marketing	3º ao 6º semestre para graduação e 2º ao 3º para superior em tecnologia

GRADUAÇÃO:	Tecnologia da Informação*	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Biblioteconomia	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Museologia	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Engenharia Civil	3º ao 6º semestre
GRADUAÇÃO:	Arquitetura e Urbanismo	3º ao 6º semestre
PÓS-GRADUAÇÃO:	Tecnologia da Informação*	Mínimo 1 (um) semestre de curso
MESTRADO	Tecnologia da Informação*	Mínimo 1 (um) semestre de curso

* dos cursos relacionados a Tecnologia da Informação: Ciência da Computação, Sistemas da Informação/ Engenharia de Sistemas/ Engenharia da Computação ou Engenharia de Software)

ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL	CURSO/ÁREA DE CONHECIMENTO	CONTEÚDO
GRADUAÇÃO	DIREITO	<p>PROVA OBJETIVA ONLINE</p> <p>LÍNGUA PORTUGUESA - 1 Acentuação. 2 Classe de Palavras. 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais. 4 Interpretação de Textos. 5 Concordância Verbal e Nominal. 6 Flexão das Palavras. 7 Ortografia.</p> <p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -Direito Constitucional - 1. Evolução histórica do constitucionalismo; 2. A Constituição; 3. Poder constituinte; 4. Normas Constitucionais; 5. Princípios constitucionais; 6. Direito e garantias fundamentais; 7. Nacionalidade; 8. Direitos e deveres individuais e coletivos; 9. Direitos políticos; 10. Direitos Sociais; 11. Organização do estado; 12. Poder Judiciário; 13. Defensoria Pública; 14. Controle de constitucionalidade; 15. Remédios constitucionais; 16. Habeas corpus; 17. Habeas Data; 18. Mandado de segurança; 19. Controle judicial de políticas públicas; 20. Direito à saúde; 21. Sistema Único de Saúde; 22. Direito constitucional ambiental. Direito Administrativo - 1. Conceito e objeto do direito administrativo; 2. Bases constitucionais; 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do direito administrativo; 4. Ato administrativo; 5. Servidores públicos; 6. Improbidade administrativa; 7. Bens públicos; 8. Poderes da administração pública; 9. Controle judicial dos atos da administração pública; 10. Concessões e Permissões de serviço público; 11. Desapropriação; 12. Requisição administrativa; 13. Tombamento; 14. Servidão; 15. Organização administrativa; 16. Responsabilidade civil da administração. Direito Civil - (5 questões) 1. LINDB; 2. Pessoas naturais e jurídicas; 3. Bens; 4. Fatos e atos jurídicos; 5. Dos atos lícitos e ilícitos; 6. Da prescrição e da Decadência; 7. Da união estável; 8. Da prova; 9. Dos contratos; 10. Da Propriedade; 11. Da posse; 12. Dos direitos reais sobre as coisas alheias; 13. Da responsabilidade Civil; 14. Do domicílio; 15. Do código de Defesa do Consumidor. Direito Processual Civil – 1. Ação; 2. Jurisdição; 3. Competência 4. Competência da Justiça federal; 5. Processo de conhecimento; 6. Processo de execução; 7. Processo cautelar; 8. Mandado de segurança; 9. Antecipação da tutela; 10. Petição inicial; 11. Pedido; 12. Resposta do réu; 13. Prova; 14. Formação, suspensão e extinção do processo; 15. Da sentença; 16. Recursos; 17. Ação civil pública; 18. Ação popular; 19. Lei 9.099/95; 20. Lei</p>

		<p>10.259/2001.Direito Penal – 1. Princípios; 2. Teoria do delito; 3. Dos crimes; 4. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade; 5. Consunção, especialidade e subsidiariedade; 6. Ação penal; 7. Imputabilidade penal; 8. Concurso de pessoas; 9. Concurso de crimes; 10. Crime continuado; 11. Extinção de punibilidade; 12. Das penas: espécies, culminação e aplicação; 13 Da suspensão condicional da pena; 14. Do livramento condicional, efeitos da condenação e da reabilitação; 15. Dos crimes de contrabando e descaminho; 16. Do crime de moeda falsa; 17. Do crime de uso de documento falso; 18. Dos crimes da Lei 11.343/06 (lei de tóxicos); 19. Dos crimes da Lei 9.605/98 (crimes ambientais); 20. Dos crimes contra a fé pública; 21. Dos crimes contra a administração pública; 22. Dos crimes contra o patrimônio; 23. Dos crimes contra a organização do trabalho. Direito Processual Penal – 1. Inquérito policial; 2. Ação penal; 3. Jurisdição e competência; 4. Sujeitos processuais; 5. Extinção de punibilidade; 6. Da prova; 7. Da prisão; 8. Da liberdade provisória; 9. Processo comum; 10. Processo sumário; 11. Sentença; 12. Nulidades; 13. Recursos; 14. Habeas Corpus; 15. Lei 9.099/98; 16. Lei 10.259/01; 17. Lei 13.343/06; 17. Lei 9.605/98. Direito Previdenciário – 1. Da seguridade social na constituição federal; 2. Princípios da previdência social; 3. Qualidade de segurado; 4. Carência; 5. Período de graça; 6. Benefícios; 7. Lei 8.742/93 (lei Orgânica da Assistência Social); 8. Lei 8.213/91.</p>
GRADUAÇÃO	<p>ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA, JORNALISMO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, MARKETING (inclusive superior de tecnologia), DESIGN GRÁFICO (inclusive superior de tecnologia), CIÊNCIAS CONTÁBEIS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA, ENGENHARIA CIVIL e ARQUITETURA E URBANISMO</p>	<p>PROVA OBJETIVA ONLINE</p> <p>LÍNGUA PORTUGUESA - 1 Acentuação. 2 Classe de Palavras. 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais. 4 Interpretação de Textos. 5 Concordância Verbal e Nominal. 6 Flexão das Palavras. 7 Ortografia.</p> <p>INFORMÁTICA BÁSICA- (Pacote Office 2016): 1 Excel. 2 Word. 3 Correio Eletrônico - Outlook. 4 Internet.</p> <p>CONHECIMENTOS GERAIS- 1 Atualidades</p>
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E STRICTO SENSU	<p>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</p>	<p>PROVA OBJETIVA ONLINE</p> <p>LÍNGUA PORTUGUESA 1 Acentuação. 2 Classe de Palavras. 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais. 4 Interpretação de Textos. 5 Concordância Verbal e Nominal. 6 Flexão das Palavras. 7 Ortografia.</p> <p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS- Sistema Operacional Windows 7. Processador de Textos e Planilha Eletrônica (BrOffice e Microsoft Office). Conceitos de Internet: e-mail e navegadores. Conceitos básicos de Segurança da Informação.Linguagem de programação: JAVA, PHP, Banco de Dados: Oracle, MySQL, POSTGRESQL, Administração de redes, Servidor de Aplicações: JBOSS, TOMCAT Segurança da Informação.</p> <p>PROVA SUBJETIVA - Entrega por e-mail no momento da convocação para a vaga Apresentação de projeto</p>

ANEXO III - DAS ORIENTAÇÕES PARA A PROVA SUBJETIVA - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (Especialização) E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (Mestrado)

	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (Especialização), exclusivamente para área de conhecimento da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (Mestrado), exclusivamente para área de conhecimento da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DESCRIÇÃO DO PROJETO	<p>Apresentação de projeto/proposta do planejamento das camadas de segurança a serem implantadas para garantir a segurança da informação do novo Tribunal Regional Federal que será instalado no estado de Minas Gerais no ano de 2022. Deverá conter, no mínimo:</p> <p>1. Capa: nome do candidato autor do projeto, título do projeto, local em que será implementado e a data da elaboração;</p> <p>2. Ficha técnica: especificações técnicas e tecnológicas, duração prevista da execução, custo estimado</p>	<p>Apresentação de projeto/proposta do planejamento da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação do novo Tribunal Regional Federal, que será instalado no estado de Minas Gerais no ano de 2022. Deverá conter, no mínimo:</p> <p>1. Capa: nome do candidato autor do projeto, título do projeto, local em que será implementado e a data da elaboração;</p> <p>2. Ficha técnica: especificações técnicas e tecnológicas, duração prevista da execução, custo estimado</p>
CRITÉRIOS NA ANÁLISE DOS PROJETOS	<p>1. Aderência à proposição</p> <p>2. Viabilidade técnica/Exequibilidade</p>	<p>1. Aderência à proposição</p> <p>2. Viabilidade técnica/Exequibilidade</p>
ENVIO DO PROJETO	O projeto deverá ser encaminhado para a Comissão pelo e-mail nutec.mg@trf1.jus.br , no momento da convocação para a vaga.	